

Fiesp exige prazo para apuração

SÃO PAULO — A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) vai exigir das lideranças do Congresso o cumprimento dos prazos para as investigações da CPI do Orçamento e definição da pauta da revisão constitucional, assim como a observância do calendário das eleições e o respeito ao mandato do presidente Itamar Franco. Os empresários chegaram à conclusão de que a revisão já está comprometida, mas decidiram jogar uma última cartada, exigindo um prazo para o final das investigações.

“O momento é tão grave quanto o *impeachment* do ex-presidente Collor, mas 45 dias são suficientes para cassar os culpados”, disse o presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, que ontem mesmo iniciou o contato com as lideranças.

“A crise é muito séria, enfraquece os partidos, envolve lideranças importantes, como Humberto Lucena e Ibsen Pinheiro, e ainda prejudica a administração da economia como ocorreu com o acordo da dívida externa, que foi adiado”, alertou o presidente da Fiesp. Ele teme que a CPI seja usada como pretexto para a dissolução do Congresso e a redução do mandato do presidente Itamar, “fazendo rever um filme já visto”.

A Fiesp definiu sua posição com base em estudo encomendado ao professor Gaudêncio Torquato, da GT Marketing e Comunicação, sobre os reflexos políticos da CPI do Orçamento. Para Torquato, o quadro eleitoral tende a se modificar, com a desmoralização de alguns acusados.